

PROCESSO - A. I. Nº 284119.0001/07-0
RECORRENTE - PARALELA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0150-01/07
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 29/12/2008

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0432-11/08

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO TOTAL DO DÉBITO. O autuado, após a lavratura do Auto de Infração requereu o pagamento do débito através de Certificados de Crédito Fiscal, obtendo o deferimento da quitação integral. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, extinto o processo administrativo fiscal, segundo o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal proferida no Acórdão nº 0150-01/07, que julgou pela Procedência do presente Auto de Infração, o qual foi lavrado em 05/03/2007, para exigir ICMS no valor total de R\$84.655,36 e multa de R\$17.629,90 por descumprimento de obrigação acessória, conforme infrações a seguir discriminadas:

INFRAÇÃO 1- Presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apuradas através de entradas de mercadorias não registradas no exercício de 2004, constatando-se a falta de registro nas escritas fiscal e contábil de diversas notas fiscais de entrada, adquiridas com receitas omitidas, conforme cópias anexadas aos autos, totalizando o débito de R\$3.036,96, com aplicação da multa de 70%;

INFRAÇÃO 2- Deixar de recolher o ICMS em função da diferença de alíquotas, nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado do próprio estabelecimento. Exigência do ICMS nos meses de dezembro de 2004 e dezembro de 2005, no valor de R\$49.201,73, acrescido da multa de 60%;

INFRAÇÃO 3- Dar entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, com aplicação da multa no valor de R\$17.629,90, resultante da aplicação de 10% (dez por cento) sobre o valor comercial da mercadoria;

INFRAÇÃO 4- Deixar de proceder ao recolhimento do ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia, sendo exigido o imposto no valor de R\$32.416,67, com aplicação de 150% de multa.

A Junta de Julgamento Fiscal, inicialmente, teceu comentários sobre as infrações e pedidos de quitação apresentados pelo autuado, mediante Processos de Certificados de Créditos, devendo a tese de que não compete àquele órgão julgador a apreciação e análise dos pleitos, devendo ser encaminhados aos órgãos competentes da SEFAZ.

No mérito, foi julgado procedente o Auto de Infração, considerando que o autuado reconheceu o cometimento das imputações, conforme declarações constantes no item 15 de sua defesa (fls. 152/153), tendo proposto a utilização dos Certificados de Créditos, com finalidade de quitação da autuação.

Insatisfeito com o julgamento de 1ª Instância, o sujeito passivo apresentou, tempestivamente, Recurso Voluntário (fls. 178 a 183), requerendo que seja o “*Auto de Infração julgado TOTALMENTE IMPROCEDENTE, ou seja, dando-se pela IMPROCEDÊNCIA da quantia de R\$102.285,26, tudo como é de Lei de direito e de JUSTIÇA!*”

Na peça recursal, o autuado ratifica as alegações da defesa, inclusive no que tange ao reconhecimento da procedência das infrações (vide itens 16, 17, 18 e 20 - fl. 182), aduzindo, ainda, que a infração não se configura, uma vez que se encontra integralmente quitado o referido auto, com base no art. 108, §2º, III do RICMS/BA.

A ilustre representante da PGE/PROFIS, Dra. Ana Carolina Moreira, exarou o seu Parecer (fls. 221/222), opinando na linha de que falece ao autuado interesse recursal, na medida em que admite a procedência da autuação. Assevera que “*...o autuado instaurou um falso contraditório, pois a pretensão manifestada - a improcedência do AI em face do reconhecimento da quitação - em seu Recurso voluntário não pode sequer ser apreciado por este Conselho de Fazenda, posto que não detém competência para averiguar a realização de pagamentos, o que aliás, à vista do quanto consta nos autos, ainda não ocorreu.*”

Conclui, pelo conhecimento e Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Da análise criteriosa dos autos, sobremodo dos elementos informativos de fl. 202 (Relatório de Pagamentos), 203 (Processo Administrativo Fiscal- Extrato), 205 (Informação para o PAF 284119.0001/07-0) e, de forma especial, do documento SIGAT, fl. 220, constata-se que o sujeito passivo reconheceu o débito indicado no Auto de Infração em comento e efetuou o pagamento integral, utilizando-se de Certificados de Créditos devidamente emitidos pela Inspetoria Fazendária, fato que, por si só, implica na renúncia do Recurso Voluntário apresentado.

Nesse contexto, comprovada a consolidação do processo de pagamento do valor total considerado como procedente pela Junta de Julgamento Fiscal, *data venia*, nada mais há para ser discutido nesta instância administrativa, razão pela qual fica confirmado o crédito tributário e, em seguida, declarada a extinção do processo administrativo fiscal, nos termos dos artigos 156, inciso I, do Código Tributário Nacional e 122, inciso I, do RPAF/99.

Pelo exposto, considero PREJUDICADO o Recurso Voluntário e voto pela EXTINÇÃO do Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração epigrafado, devendo o feito ser enviado à Repartição fiscal de origem visando às providências inerentes à conclusão da efetivação dos pagamentos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 284119.0001/07-0, lavrado contra **PARALELA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com o encaminhamento à Repartição fazendária de origem para fins de homologação dos pagamentos e arquivamento do PAF.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2008.

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

VALNEI SOUSA FREIRE – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS